

A INICIAÇÃO À DOCÊNCIA EM ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Alice Akemi Yamasaki

RESUMO

O presente trabalho busca compartilhar as vivências que temos acumulado em três escolas públicas que atendem ao Núcleo de Iniciação à Docência em Alfabetização da Universidade Federal Fluminense. Este NID vem buscando articular as demandas das práticas alfabetizadoras e as contradições presentes no cotidiano dos estudantes das turmas de Anos Iniciais do ensino fundamental, com foco em temáticas envolvidas no campo de estudos da Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2013). Ainda nos primeiros meses de atividades, identificou-se que as práticas de educação antirracista são fundamentais nas três unidades escolares, nas turmas com bolsistas do PIBID. As bolsistas, orientadas e em diálogo com as docentes-regentes e supervisoras, foram desafiadas a construir propostas de trabalho com os estudantes. Em uma das escolas, o esforço de criação das práticas de formação de sujeitos de direito (Candau, 2012) aproximou bolsistas e supervisora, exigindo que se forjasse um trabalho coletivo e comprometido, com muitas trocas de experiências, algumas harmoniosas e outras conflituosas. Nesse sentido, a formação inicial de professores envolveu novas dimensões, reconhecidas apenas na interação direta com os saberes da docência de um profissional que se encontra em seu locus real e concreto de trabalho. As exigências cotidianas das escolas públicas impactaram sobre a visão de escola em funcionamento e sobre o ritmo de estudos das universitárias, uma vez que todo o corpo de bolsistas passou a testemunhar os esforços redobrados das supervisoras para alcançar os objetivos da alfabetização. Os resultados parciais compartilhados demonstram que a formação inicial ganha maior consistência e profundidade teórica com o acompanhamento de um profissional da educação em exercício, uma vez que a realidade cotidiana da sala de aula é marcada por infinitas contradições e possibilidades de desenvolvimento crítico e criativo de práticas educativas. As práticas alfabetizadoras que temos buscado estimular e criar, enquanto resultado parcial, buscam manter firme os propósitos em favor da Educação em Direitos Humanos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, práticas alfabetizadoras, formação inicial de professores.



Introdução

O presente trabalho busca compartilhar as vivências que temos acumulado em três escolas públicas que atendem ao Núcleo de Iniciação à Docência (NID 3) em Alfabetização da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nesse sentido, seu conteúdo é fruto de um trabalho coletivo, de múltiplas mãos, mentes e corações. Somos um NID oriundo do curso de Pedagogia da UFF, com 24 estudantes heterogêneos em seu momento de integralização do curso e com 03 docentes efetivas da Educação Básica do Rio Janeiro, com anos de experiência no magistério. Estão envolvidas unidades escolares de três redes públicas de ensino na Educação Básica brasileira: a primeira é um colégio de aplicação vinculado à UFF, o Colégio Universitário Geraldo Reis, sediado em Niterói; a segunda escola é a Escola Municipal Professora Maria Felisberta Baptista Trindade, da rede municipal de educação de Niterói, localizada no bairro Fonseca, em Niterói e; a terceira unidade é a Escola Municipal Maria Dias, da rede municipal de educação de São Gonçalo, localizada no bairro Patronato. As turmas atendidas pelo PIBID são dos anos iniciais do ensino fundamental I: uma é do 1º ano matutino (São Gonçalo) e as demais são do 5º ano: uma delas é matutino (Niterói, municipal) e a outra é atendida em turno integral.

Este NID vem buscando articular as demandas das práticas alfabetizadoras e as contradições presentes no cotidiano dos estudantes das turmas de Anos Iniciais do ensino fundamental, com foco em temáticas envolvidas no campo de estudos da Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2013). A partir de uma estreita articulação entre a coordenação de área do NID 3, as bolsistas Pibid e as professoras supervisoras, cada escola passou a desenvolver atividades diversificadas que pudessem promover a alfabetização e o letramento das turmas, acrescentando o debate da dignidade humana e as garantias de direito como eixo transversal.

Entrelaçando o território e os desafios dos Direitos Humanos e da Alfabetização das classes populares

Nas últimas décadas, inserida no contexto do Rio de Janeiro, acompanhamos a alfabetização por meio de nossos trabalhos com comunidades campestres (Cachoeiras de Macacu) e das periferias urbanas (Niterói e região metropolitana), que ainda mantém numerosos grupos sociais em vulnerabilidade, moradoras nas áreas popularmente chamadas de comunidades e de favelas. São localidades que enfrentam o descaso do Estado, com oferta precarizada de serviços públicos básicos, com uma escola, também, precarizada e sem apoio institucional de seus gestores, muitas vezes sendo até negligenciados na questão orçamentária e nos seus recursos humanos. Saneamento básico é um dos aspectos estruturais da violação de direitos das comunidades carentes e que desencadeiam um conjunto de sobrecarga à vida das famílias fluminenses atendidas pelas turmas que temos acompanhado no Pibid. Um dos testemunhos entre as escolas é a de que os alunos ainda não identificam aspectos positivos em seus territórios de origem; a percepção vivenciada e observada pelas crianças, verbalizada em sala



de aula, é a do desgosto pela vida precária que atravessam, marcadas pelas ausências de acesso aos bens culturais em seus municípios. Um estudo mais aprofundado foi necessário ser realizado, para que estas crianças pudessem repensar a autoimagem incorporada até então, para identificar novas percepções do ambiente em que vivem, como narraremos mais adiante.

No período posterior à pandemia, a partir de 2023, voltamos a transitar nas comunidades da Vila Ipiranga, do Serrão e 94 (rua Lara Vilela), todas em Niterói, observando mais de perto as dificuldades enfrentadas pelas mulheres e por suas famílias. Esse convívio foi demonstrando como a fome e o emprego precarizado dentro das casas de um lado, e uma acentuada concentração de renda, por outro, é uma realidade que envolve o município de Niterói: a desigualdade social continua presente, nestes tempos de financeirização da economia. Em todos esses territórios, são as escolas municipais que atendem as crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Como reflexo da violência social que as cerca, são escolas que, embora busquem dialogar com as famílias e os moradores do entorno, acabam sendo um equipamento público que adota uma arquitetura hostil, defensiva diante das inúmeras ameaças de roubo de seus mobiliários, eletrônicos e qualquer outro bem material que possa ser útil como objeto de furto. Assim, muitos prédios escolares apresentam-se com muros e grades elevados, isolando e apartando a escola e seu entorno; a gestão escolar, diante dessa hostilidade arquitetônica, precisa redobrar o cuidado com o contato com a vizinhança, a começar de aproximação mais qualitativa com os pais que moram nas redondezas, de modo que os laços e o respeito possam ser estabelecidos entre escola e comunidade.

Alguns dados de realidade recente (2022, 2023 e 2024), trazidos por escolas envolvidas no PIBID Artes-Cinema de Niterói, que trabalharam com o Ensino Fundamental e Médio, localizadas no bairro Fonseca (Conselheiro Josino), em Santa Rosa (Baltazar Bernardino), centro (Pinto Lima) e em São Domingos (IEPIC e COLUNI) mostram que a juventude negra e periférica ainda não reconhece as Artes, o Cinema e o Audiovisual como bens culturais da humanidade e deles, também. Aquela experiência com o PIBID demonstrou que ainda é necessário um grande esforço dos docentes das Artes (e dos futuros professores desses campos) para que o Direito à Educação seja plenamente vivenciado nas aulas existentes, dentro dos currículos vivos das escolas que estivemos acompanhando. Essa constatação ressalta o abismo cultural existente entre a população periférica e aqueles moradores dos bairros das classes médias e alta de Niterói, que transitam e usufruem da diversidade de opções de lazer e de cultura da cidade. Nesse sentido, o direito de ir e vir, bem como o direito à cultura são restritos na cidade de Niterói e de São Gonçalo às classes médias e alta, demonstrando que às escolas das periferias apresenta-se o desafio de assumir e implementar projetos de inclusão e de reconhecimento da dignidade humana, rompendo-se a dinâmica de segregação que a própria cidade, em seu modelo capitalista, desenvolve.

Embora Niterói tenha um alto índice de IDH, a convivência com as mulheres e as famílias em vulnerabilidade social, com suas filhas e seus filhos – que são nossas alunas e alunos da Educação Básica, tem mostrado que as saídas emancipatórias para encontrar e usufruir de uma vida coletiva digna continuam muito difíceis. Nesse sentido, a formação de professores





que promovemos na UFF, por meio de projetos entre a universidade e a escola, como o PIBID, pode somar-se a iniciativas que buscam romper com os guetos sociais, alargando possibilidades do Ser-Mais e do Esperançar de Paulo Freire (1995 e 1997) entre as comunidades escolares localizadas em territórios excluídos da Niterói das vitrines estatísticas. Ao nos comprometermos com professoras e professores da Educação Básica pública, e em especial, das séries iniciais do Ensino Fundamental, temos a oportunidade de ressignificar as carreiras docentes, aproximarmo-nos das mazelas cotidianas que as escolas enfrentam, de potencializar a chegada de nossas futuras e futuros pedagogas(os) à estrutura organização que envolve uma rede pública de ensino, com suas contradições internas. É um encontro, que pode se transformar em um acontecimento, à semelhança da aula como acontecimento (Geraldi, 2010) e dos saberes de experiência (Larossa Bondia, 2001).

Recentemente, aproximamo-nos da Secretaria Municipal de Educação de Niterói, pudemos nos envolver em um programa significativo da rede de ensino, que busca criar um movimento, buscando instituir e induzir uma pedagogia com as classes populares mais intenso e sinérgico, através de um convênio oficial entre a universidade e o município, atuando dentro de um projeto de extensão dedicado às turmas dos 1ºs anos do Ensino Fundamental. A estrutura do projeto envolve, da parte da UFF, estudantes de licenciaturas e docentes-pesquisadoras de diferentes áreas, que se somam à SME, para promover uma alfabetização discursiva.

Apesar do empenho, observamos que existem turmas que não são alcançadas pela universidade e pela secretaria municipal de educação, dadas as condições complexas que envolvem a escola e sua comunidade, especialmente em territórios marcados por uma ativa violência social. Diversos conflitos sociais estão envolvidos, com camadas distintas de problemas que repercutem no processo emancipatório de uma alfabetização comprometida com as crianças; enfrentar esse conjunto de situações aproxima o fazer acadêmico sobre a alfabetização discursiva dos enfrentamentos cotidianos das alfabetizadoras lotadas nas escolas e mergulhadas em uma realidade social tão adversa.

Desse modo, o cenário em que nos propomos e nos desafiamos atuar e desenvolver pesquisa-ação (Thiollent, 1994) é aquele que se disponha a atender ao chamado e ao anseio de se promover um processo alfabetizador significativo, que articulem um professor regente, um grupo de universitários da licenciatura em Pedagogia interessados em uma perspectiva dialógica e emancipatória de alfabetização e o professor universitário no esforço comum de instituir novas práticas alfabetizadoras emancipatórias, que dialoguem e potencializem múltiplas e diversificadas linguagens presentes entre as classes populares.





Os passos iniciais do NID 3 do PIBID Alfabetização e as potências identificadas no encontro Universidade e Escolas

Ainda nos primeiros meses de atividades, identificou-se que as práticas de educação antirracista são fundamentais nas três unidades escolares, nas turmas com bolsistas do PIBID. As bolsistas PIBID, orientadas e em diálogo com as docentes-regentes e supervisoras do PIBID, foram desafiadas a construir propostas de trabalho com os estudantes, envolvendo leitura, escrita, debate em sala de aula e construção de projetos de ensino nas quais os alunos da Educação Básica assumissem o protagonismo no desenvolvimento de suas aprendizagens. As práticas pedagógicas desencadeadas envolveram leituras de diferentes gêneros da literatura e de seus fragmentos nos livros didáticos, apresentação de material audiovisual original ou disponibilizado em canais da internet, preparação de jogos e materiais didáticos diferenciados e que apoiam a assimilação dos conteúdos desenvolvidos pela professora regente, de modo a se criar na sala de aula um ambiente de criação e de autoria na escrita, superando gradativamente o “copismo” de texto, sem uma leitura e compreensão do material impresso. Na turma de 1º ano, mais para o final do primeiro semestre, foi feito um balanço individual entre as crianças, de modo a se realizar uma cartografia entre escrita simples e complexa e proficiência de leitura, para que os dados pudessem redirecionar o trabalho da alfabetização com a alfabetização.

Em uma das escolas, o esforço de criação das práticas de formação de sujeitos de direito (Candau, 2012) aproximou bolsistas e supervisora, exigindo que se forjasse um trabalho coletivo e comprometido, com muitas trocas de experiências, algumas harmoniosas e outras conflituosas. Nesse sentido, a formação inicial de professores envolveu novas dimensões, reconhecidas apenas na interação direta com os saberes da docência de um profissional que se encontra em seu locus real e concreto de trabalho; com essa vivência, as bolsistas puderam identificar que a teoria ocupa papel importante na formação, mas os saberes da docência, desenvolvido ao longo dos anos acumulados no magistério, também regulam de modo bastante ativo e criativo o trabalho em sala de aula. As conversas da supervisão do Pibid com cada um dos bolsistas contribui para que lacunas sobre as inúmeras situações vivenciadas com as crianças possam ser objeto de reflexão sobre a condução do trabalho docente.

As exigências cotidianas sobre o magistério nas redes públicas impactaram sobre a visão de escola em funcionamento e sobre o ritmo de estudos das universitárias, uma vez que todo o corpo de bolsistas passou a testemunhar e a acompanhar os esforços redobrados das supervisoras para alcançar os objetivos da alfabetização. Uma das escolas, com uma das equipes de bolsistas, buscou aproximar a investigação sobre o perfil da turma com os festejos culturais do carnaval e identificou que um grupo de crianças se esquivava das atividades propostas, alegando que a opção religiosa familiar não permitia participação nesse típico evento cultural do Rio de Janeiro. Uma das bolsistas discutiu o assunto com a supervisora e, tomando como referência a preocupação com os Direitos Humanos e com a valorização de



todas as religiões, assumiram o desenvolvimento de um projeto de alfabetização e letramento a partir de um livro que tratava das religiões de matriz africana. A bolsista e a supervisora conduziram o trabalho intensamente, “puxando as outras bolsistas e os estudantes da turma”, demonstrando a importância de ocupar o tempo-escola enquanto o questionamento do carnaval ainda estava “fresco” e recente, na memória do trabalho pedagógico desenvolvido.

Em outra escola, também buscando conhecer o conjunto do perfil da turma, buscou-se explorar o conhecimento dos estudantes sobre os seus municípios de origem; detectou-se que as localidades em que os estudantes moravam não traziam elementos conhecidos e que trouxesse uma valorização desses territórios. Desencadeou-se, então, um trabalho de pesquisa, com auxílio das bolsistas do Pibid, que permitissem identificar aspectos históricos, culturais e sociais que valorizassem os municípios de origem; as apresentações de resultados são realizadas pelos próprios alunos e ampliou a percepção dos mesmos sobre suas cidades. Além disso, demonstrou que a prática permanente de apresentação para a turma contribui com o desenvolvimento da oralidade e da expressão pessoal da compreensão alcançada sobre o que se conseguiu investigar dos temas propostos, colaborando para a autoestima e para o desenvolvimento de uma autonomia intelectual e de uma proficiência cada vez maior na leitura e na escrita. Vale destacar que algumas figuras públicas, reconhecidas nacional e internacionalmente, nascidos e criados em Niterói e em São Gonçalo foram destacadas pela turma, como é o caso do ator e comediante Paulo Gustavo e o jogador de futebol Vini Jr. No caso do ator, a comoção com a perda precoce do ator durante a pandemia motivou uma exposição sobre a história de vida do mesmo no museu que é símbolo da cidade e, incentivada pela professora regente, e com parceria com as bolsistas do Pibid, pode-se levar a turma para usufruir da exposição no Museu de Arte Contemporânea.

Em visita às escolas-campo de nosso Núcleo de Iniciação à Docência, identificamos o quanto as supervisoras dedicam-se a contornar as limitações orçamentárias das escolas e das salas de aula para promover atividades criativas e dotadas de sentido para as crianças que frequentam as três turmas. Se por um lado, parte significativa dos materiais de consumo para confecção das atividades pedagógicas encontra-se disponível nas três escolas, por outro lado, atividades extra-classe encontram limitações orçamentárias que evidenciam as prioridades que cada rede de ensino assume para o trabalho do ano letivo vigente. Um dos obstáculos identificados foi a possibilidade, ou não, de realização de um trabalho de campo com a turma fora da escola. As duas escolas das redes municipais enfrentam severas limitações para lidar com a ausência de transporte escolar próprio: o acesso ao ônibus para atendimento às propostas das professoras parece conter um calendário e um procedimento administrativo mais rígidos e engessados, dificultando o acesso da professora regente ao mesmo. Pudemos testemunhar o caso ocorrido em uma das escolas municipais, na qual professora regente e bolsistas tiveram que reprogramar o planejamento elaborado porque não foi possível autorizar o pedido da docente por falta de disponibilidade de transporte escolar. Essa ocorrência também afeta a segunda rede municipal atendida neste NID, que pouco oportuniza o deslocamento de suas turmas a atividades externas. Essa condição, entretanto, não ocorre na escola federal, que possui frota própria, o que facilita a organização interna dos docentes para inclusão de atividades em campo.





Referências

CANDAU, V. M. Educação em Direitos Humanos no Brasil: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. (In) **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos** (ORG.) PAIVA, R. A. Rio de Janeiro, Editora PUC-RJ/ Editora Pallas, 2012. p. 17-34.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76p.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d' Água, 1995.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

LAROSSA BONDÍA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Palestra proferida no 13º COLE-Congresso de Leitura do Brasil, realizado na Unicamp, Campinas/SP, no período de 17 a 20 de julho de 2001. Tradução de João Wanderley Geraldi.
<http://www.miniweb.com.br/atualidade/info/textos/saber.htm>

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, et al. **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p. ISBN: 978-85-7745-147-X.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. S. Paulo: Cortez, 1994.

